

Coluna do Castello

Votação segundo a ordem natural

Não parece fácil subverter a ordem das votações do projeto de Constituição para fazer com que o plenário se pronuncie sobre as disposições transitórias antes de o fazer sobre as disposições permanentes. As disposições transitórias consignam exceções a regras estabelecidas ou atendem a circunstâncias que não encontram solução no texto final, ou são apenas repositório de pretensões fisiológicas, algo equivalente às antigas *caudas orçamentárias* da República Velha (para os jovens: República Velha não é o mesmo que Velha República mas o sistema de poder vigente antes da revolução de 1930).



O natural é que o presidente da Constituinte siga a ordem natural das coisas e resista a pressões para atender a ansiedades políticas quanto a sistema de governo e à duração do mandato presidencial. O presidente José Sarney não parece correr muitos riscos no plenário e deveria demonstrar mais confiança nos 317 constituintes que, pelas razões de cada um, se definiram pelo mandato de cinco anos. Se essa emenda não alcançar os 280 votos necessários à sua aprovação, dificilmente qualquer outra os conseguiria. Isso equivale a dizer que o presidente joga com mais de uma hipótese para ter seu mandato de cinco anos assegurado, segundo a regra geral estabelecida pela Sistematização e que não deverá ser modificada pela emenda do senador Mário Covas reduzindo por equanimidade todos os mandatos a quatro anos. Se não passar a emenda dos cinco anos, também não passará a dos quatro e, nesse caso, prevalecerá a norma do mandato geral.

Seria aconselhável que o governo mostrasse mais confiança nos apoios que tem, no desempenho do ministro da Fazenda, que promete estabilizar a inflação embora sem lhe reduzir o patamar, no êxito das negociações da dívida externa e na melhoria das expectativas de investimento no país tão logo se vote uma Constituição segundo as normas estabelecidas no todo ou em parte pelo *Centrão*. É claro que o processo de crise não está contido nem estagnado, mas a renovação da gestão econômico-financeira sempre contribui para dilatar prazos tanto mais quanto o sr. Mailson da Nóbrega parece estar apoiado pelo estamento empresarial, tão influente na vida do país.

A não ser que, ao sair do governo, o sr. Aníbal Teixeira deixe um rastro sinistro que alcance a estabilidade da situação, o presidente José Sarney deverá aguardar com relativa tranquilidade o desenrolar dos debates e da votação no plenário da Constituinte, a qual, sob o comando do sr. Ulysses Guimarães, pode atender as aspirações generalizadas, dando-nos depois da Semana Santa um texto constitucional que consolide por algum tempo as regras de direito que regerão a sociedade brasileira.

Convulsão social

Mais graves do que as apreensões do presidente da República são as de políticos venerandos, como o senador Afonso Arinos, a quem impressionam os sintomas de desagregação social que vão se traduzindo em instabilidade da ordem pública em todo o país. Haveria como que uma expectativa que se difunde por entre os 40 milhões de brasileiros desassistidos na cidade e no campo de fraturas da ordem provocadas não por fatores políticos mas sociais, embora com irrecusável reflexo sobre a ordem política.

A taxa de insegurança alcançou no país índices alarmantes. Seria impossível conviver com realidades como as que impedem o presidente da República de transitar pelo Rio de Janeiro, onde o ministro do Exército sofreu insultos pessoais. Essa *insegurança civil* é que poderá levar a uma convulsão social que não poderia ser detida por polícias civis e militares, insuficientes por carência de instrumentos e pela contaminação da corrupção nas suas fileiras. A corrupção seria outro dado alarmante e alcança setores imprevisíveis como no caso desses vestibulares do Cesgranrio que leva à desilusão e ao pânico milhares de jovens em todo o país.

Se houver intervenção armada na vida do país, ela deverá ter correspondência não a fatores políticos mas a esse estado de desagregação que deve ser suplantado sem que se repita o erro da ocupação do poder pelas Forças Armadas. O senador Afonso Arinos, apreensivo, francamente não sabe como prever o fim de tudo isso, estado de espírito aliás generalizado entre os remanescentes das lutas republicanas de 1945 a esta parte, e que os leva a admitir até mesmo a hipótese de que ressurgam, sem comando de partidos, ações de guerrilhas urbanas e rurais.

A documentação pessoal dos presidentes

Virgílio Costa, assessor cultural do presidente da República, levou o sr. José Sarney a assinar decretos dispondo sobre comissão especial para levantamento, preservação e organização do acervo privado documental dos presidentes da República. O acervo público está a cargo do Arquivo Nacional.

A idéia é válida, mas instituiu-se uma comissão de 14 pessoas para elaborar projetos de lei e programas. Três pessoas no máximo seriam mais eficientes para desempenhar a tarefa, com a audiência das instituições e das notabilidades listadas no decreto do presidente da República.

Dia 28, Marronzinho de Oliveira

Depois do programa do PPB, e segundo a programação do TSE, a nação voltará a ser agredida — a menos que se assegure efeito retroativo à lei em votação no Congresso — pela presença na rede nacional de televisão, por uma hora, do sr. Alcides Marronzinho de Oliveira, presidente do PSP, partido sem qualquer representação ou representatividade.

Carlos Castello Branco